

ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA¹

Sandro Pereira Silva²

1 INTRODUÇÃO

O termo *economia solidária* designa um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária. Este vem ganhando maior densidade acadêmica, social e política nos últimos anos, em função do crescimento de pesquisas em torno do tema, de grupos produtivos criados sob a diretriz do trabalho coletivo e de estruturas e programas governamentais de apoio às organizações e às experiências nos diversos setores da vida social e econômica no Brasil (Silva, 2010; 2018a; 2018b; 2018c; Silva e Carneiro, 2016). Paralelamente a essa evolução, vários esforços foram dirimidos no intuito de produzir informações sistemáticas sobre a dinâmica dessas experiências, seus principais padrões de localização e composição e sua conexão com o sistema econômico mais geral.

Como resultado, foi criado pelo governo federal – sob a responsabilidade do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atualmente Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (ME), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com organizações da sociedade civil – o Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), com vistas a ampliar o conjunto de instrumentos que servem de referência a novas pesquisas que auxiliem no aprofundamento do conhecimento sobre essas práticas sociais diversificadas no território nacional. Para compor suas bases de informação, foram realizados dois mapeamentos sobre empreendimentos de economia solidária (EES) no Brasil. O primeiro foi finalizado em 2007; o segundo, em 2013. Tais informações abrangem um volume bastante extenso de dados sobre os EES em todo o país, em suas distintas dimensões possíveis de análise (Silva e Nagem, 2012; Gaiger, 2014; Silva e Carneiro, 2016).

Além das informações sobre os empreendimentos, outras pesquisas foram realizadas paralelamente para complementar o banco de dados do Sies, com a

1. Este capítulo se refere a uma versão revisada de texto publicado pelo Ipea em *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, n. 61. Disponível em: <<https://bit.ly/3di7EQL>>.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

aplicação de questionários específicos. Entre estas, estão a Pesquisa Amostral de Sócios e Sócias³ de Empreendimentos Econômicos Solidários e a Pesquisa sobre Entidades de Apoio e Fomento à economia solidária no Brasil.

É sobre essa última que se trata a discussão presente neste capítulo, no intuito de analisar os dados referentes à dinâmica organizacional das entidades de apoio e fomento (EAFs) em todo o território nacional. A escolha desse objeto de pesquisa justifica-se por ser tema pouco aprofundado nas pesquisas sobre economia solidária, mesmo se tratando de um conjunto bastante diverso de organizações que atuam sobre distintas orientações políticas e metodológicas.

Porém, vale ressaltar que, assim como no questionário geral do Sies aplicado aos EES, a pesquisa no tocante às EAFs não representa de forma alguma um censo sobre esse tipo de organização. A escolha das entidades para a aplicação dos questionários também não ocorreu via amostragem estatisticamente representativa, mas, sim, diretamente com as EAFs que possuem ligações com os empreendimentos mapeados na pesquisa do Sies.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNDO DO TRABALHO E O PAPEL DAS ENTIDADES DE ASSESSORAMENTO

O mundo do trabalho no Brasil vai muito além das relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. Uma gama de outras atividades econômicas que não envolvem diretamente uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho é observada nas diversas dimensões da sociabilidade humana. Fatores estruturais, como o enfraquecimento do peso do emprego industrial no total de ocupação na economia e a precarização dos postos de trabalho ao longo dos últimos anos, evidenciaram ainda mais essa realidade heterogênea das formas de ocupação laboral.

Essas relações de trabalho “alternativas” se manifestam por naturezas distintas. Elas podem simplesmente corresponder à informalidade na atividade econômica, que tem suas raízes no processo contraditório e inacabado de desenvolvimento vivido por todos os países latino-americanos, o que faz com que um enorme contingente populacional busque diariamente estratégias individuais ou familiares precárias de inserção no circuito global de circulação de valor (Galiza, Gonzalez e Silva, 2011; Silva, 2018d; 2020).

Outra possibilidade é quando grupos de indivíduos se organizam de forma associativa, sem relação direta de compra e venda de força de trabalho entre eles, para desempenhar diferentes atividades de teor econômico, sejam estas voltadas à produção propriamente dita e à prestação de serviços, sejam atividades de

3. Ver capítulo 3 deste livro.

intermediação, como a constituição de fundos para microfinanças solidárias locais, trocas de produtos e serviços de interesse comum, compras conjuntas, utilização coletiva de bens ou espaços de produção, assessoramento e assistência técnica, serviços de comercialização, entre outras (Singer, 2002; Kraychete, 2007; Silva e Carneiro, 2016). As iniciativas marcadas por essas características foram então denominadas genericamente pelos próprios atores envolvidos nesse debate como *empreendimentos econômicos solidários*.

Todas essas possibilidades no campo da ação coletiva se inserem na concepção de uma economia plural, em que múltiplas formas de regulação convivem concomitantemente, às vezes de maneira contraditória e conflituosa, outras de maneira complementar (França Filho e Laville, 2006).

Contudo, como grande parte dessas experiências se encontra inserida no universo da economia informal, com pouco ou nenhum mecanismo de registro, as pesquisas sobre essas práticas sociais são majoritariamente baseadas em estudos de caso, que, apesar de importantes para conhecer suas particularidades, não permitem extrapolação maior sobre a realidade da economia solidária em diferentes conjunturas setoriais e territoriais. Foi preciso criar um sistema próprio para o fornecimento de informações mais amplas sobre as práticas desempenhadas por esses empreendimentos e os atores sociais ligados a estes em todo o território nacional, permitindo assim análises mais agregadas sobre suas dimensões organizacionais, sobretudo para fins de formulação de políticas públicas de apoio. Nesse contexto, o Sies foi criado por iniciativa da Senaes, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), órgão de abrangência nacional que aglutina diferentes organizações da sociedade civil envolvidas na temática da economia solidária e que realiza interlocução direta com as instituições estatais.

A segunda edição do Sies, finalizada em 2013, identificou um total de 19.708 EES em todos os estados brasileiros, disponibilizando extensa gama de informações sobre cada um destes. Esse conjunto de EES se encontra sistematizado, basicamente, em formas organizacionais, que podem ser sintetizadas de acordo com as motivações e suas capacidades de geração de renda aos associados, descritas a seguir.

- 1) Grupos informais: demonstram situação de maior precariedade econômica, concernente a desemprego e insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas.
- 2) Associações: relacionam-se mais frequentemente com fatores externos e políticas de apoio, financiamento, assistência social ou outras.
- 3) Cooperativas: respondem a motivações mais variadas, principalmente de ganhos maiores para os sócios e de esses se converterem em donos do

empreendimento, mas também como alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas (Gaiger, 2014, p. 37).

De modo geral, o mapeamento realizado para alimentação do banco de dados do Sies possibilitou conhecimento mais aprofundado sobre os limites e as potencialidades dessas formas de organização econômica, bem como as particularidades regionais que as caracterizam. Porém, o fato de haver um conjunto variado de empreendimentos – no tocante a seus atores, suas formas organizacionais, suas motivações, suas inserções setoriais na economia e sua relação com o entorno – impede a definição de receituários gerais de gestão ou trajetórias tecnológicas para auxiliá-los na condução de seus problemas cotidianos. Ademais, como destacou Henriques (2007), são muitas as dificuldades enfrentadas pelos coletivos populares que buscam a associação produtiva como alternativa de ocupação econômica, e ainda há muita carência de políticas públicas específicas, “somando-se ao fato de os trabalhadores que praticam a economia solidária não possuírem, na maioria das vezes, capital próprio para investimento e de terem pouca experiência na gestão de negócios” (*op. cit.*, p. 1).

Nesse sentido, o acesso a serviços de assessoria e capacitação técnica nos mais diversos aspectos que envolvem suas atividades torna-se fator fundamental para pensar-se a capacidade de organização e a viabilidade econômica desses empreendimentos. A mobilização e a estruturação desses coletivos de trabalhadores para conquistar objetivos conjuntos passam necessariamente por esse tipo de apoio externo, dada a situação de múltiplas fragilidades em que eles se defrontam.

De forma mais ampla, o termo *assessoria* está associado a diversas qualificações: assessoria de comunicação; jurídica; educacional; organizacional; econômica; entre muitas outras. Segundo Henriques (2007), o termo passou a ser utilizado no campo da educação popular no início dos anos 1970 e referia-se ao “apoio técnico realizado por militantes da causa social ou instituições da sociedade civil a organizações de base e movimentos sociais”, no intuito de “subsidiar a reflexão mais crítica e qualificada de grupos e iniciativas populares nos campos de suas respectivas atuações” (*op. cit.*, p. 27). Nessa perspectiva, o trabalho de assessoria continha sempre a expressão de uma posição política em sua prática.

As entidades pastorais da Igreja Católica tiveram um papel relevante nesse processo, uma vez que era “o único espaço de liberdade que se manteve relativamente intacto durante o período militar” (Henriques, 2007b, p. 78). No início, os religiosos que acompanhavam grupos populares eram chamados de *assistentes eclesiais*, com o surgimento da Teologia da Libertação na década de 1970, passaram então a ser chamados de *assessores*, como forma de “diferenciar a assessoria de ações assistencialistas” (*op. cit.*, p. 27).

A ideia de assessoria sob essa ótica traz consigo forte componente interativo e dialógico, no qual a resolução de problemas concretos deve ser construída com a participação de todos os atores interessados, diferentemente de atividade assistencial ou de consultoria. Para isso, é exigida uma simplificação da linguagem, que permita a aproximação e a complementaridade entre os diferentes tipos de saber (técnico/acadêmico e tradicional/popular), com o objetivo de obter um compartilhamento cognitivo entre assessor e assessorados.

Por sua vez, na década de 1990, com a reabertura política e a volta do direito à livre associação, as organizações sociais adentraram um novo contexto de atuação. Porém, o agravamento do problema do desemprego fez com que as ações tivessem maior foco na geração de trabalho e renda por meio de empreendimentos coletivos, de modo que o econômico ganhou a primazia sobre o político. Conforme afirmou Henriques:

essa mudança de foco exige mudanças de método e de capacitação dos assessores, uma vez que passam a lidar com uma outra realidade – a de empreendimentos produtivos – e têm um novo objetivo, que é o de viabilizar economicamente esses empreendimentos. Termos como planejamento estratégico, plano de negócios, estudo de viabilidade técnica e econômica, estudo de mercado entre outros passam a fazer parte do referencial teórico do assessor organizacional (2007, p. 34).

As novas exigências para a atuação das entidades de assessoria coincidem com a popularização do próprio conceito de economia solidária no Brasil (Silva, 2018a; 2018b). Desde então, uma série de entidades passaram a apoiar diretamente os EES, com atuação tanto no meio rural quanto no meio urbano, exercendo posição de mediação entre conhecimentos e técnicas necessárias para sua viabilização.

Segundo Gaiger (2011), a ação dos agentes mediadores externos nesse campo de práticas é de particular interesse quando se realiza de forma contínua e sistemática, objetivando mudanças estruturais progressivas, nos níveis de organização e na condução das experiências coletivas. Contudo, a ação deve considerar os “recursos de poder com que contam os trabalhadores, no plano material e cognitivo, de modo que sua relação com os agentes externos não seja conduzida unilateralmente” (*op. cit.*, p. 254), de maneira que se possa constituir “uma transação social efetiva, na qual há negociação de ambas as partes”, sem haver a predominância de “situações potenciais de tutela e dependência” (*op. cit.*, p. 254).

Nessa perspectiva, a demanda por serviços diferenciados de apoio e assessoramento por parte dos coletivos de economia solidária justifica-se não apenas pela heterogeneidade socioestrutural que estes vivenciam tanto no seu ato de constituição quanto em seu cotidiano de funcionamento, mas também pelas próprias características fundamentais que distinguem os EES de outros tipos de organização econômica tradicional do mundo empresarial. Em síntese, algumas dessas particularidades estão listadas no quadro a seguir.

QUADRO 1

Sinopse comparativa entre empresas convencionais e empreendimento de economia solidária

Categorias	Empresa convencional	EES
Forma de propriedade	Separação entre produtores diretos e proprietários.	Os produtores diretos são os proprietários.
Divisão do trabalho (concepção e execução)	Separação das funções, sobretudo em relação às decisões-chave no empreendimento.	Indistinação entre agentes de concepção e execução.
Relações de trabalho	Remuneração do trabalho por meio de salário ou contratação precária de serviços.	Distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado.
Hierarquias	Decisões vinculadas à propriedade: alienação dos produtores.	Decisões vinculadas à propriedade-trabalho: implicação direta dos trabalhadores no processo de decisão.
Fator de produção estruturante	Capital.	Trabalho.
Controle das tecnologias e do conhecimento	Submetido ao sistema de hierarquias.	Tensões e sínteses conflitivas em torno do acesso e do fluxo das informações.
Motivação para empreender	Defesa de níveis de vida anteriores, busca de lucros e autorrealização individual pela competição.	Defesa do emprego, sobrevivência econômica e identidade grupal.
Financiamento do capital inicial	Por meio de capital previamente acumulado pelo(s) empreendedor(es), ou por intermédio do sistema bancário, mediante garantias patrimoniais.	i) inexistente; ii) pela reunião das ferramentas de propriedade e uso dos empreendedores; e iii) por meio de créditos oriundos de fundos especiais ("solidários").
Decisões sobre a distribuição dos resultados	Poder de decisão, e distribuição, de acordo com as quotas de capital dos proprietários ou acionistas.	De acordo com as decisões soberanas da assembleia de sócios, em que cada associado tem um voto.

Fonte: Cruz (2006).

Algumas dessas particularidades listadas incorrem em custos relevantes para a inserção em determinada atividade econômica. Segundo Cruz:

o funcionamento de uma iniciativa de economia solidária, por paradoxal que possa parecer ao senso comum, é mais complexo que o de uma firma convencional, resguardadas as proporções dos empreendimentos. Em outras palavras: quando nos deparamos com o funcionamento de duas empresas – uma convencional, outra solidária; de mesmas dimensões, operando num mesmo mercado – é coerente afirmar que o funcionamento da segunda é dotado de uma complexidade maior que o da primeira. Isto resulta de um elemento absolutamente desconfortável para o pensamento econômico ortodoxo: o fato de que as decisões, ali, são tomadas coletivamente e que, por isto, envolvem “elevados custos de decisão”. Isto quer dizer que a tomada

de decisões – empreender/não empreender, investir/não investir, produzir/não produzir, ampliar o quadro de associados ou não, etc. – resulta de um processo interno complexo. Ainda que se admitisse que as opiniões e posições expressadas no debate interno ao empreendimento fossem portadas por agentes racionais e informados (com o quê não há, aqui, nenhuma concordância), seria imperioso admitir, também neste caso, que os interesses individuais de múltiplos atores, e que precisam expressar-se na forma de sínteses em relação ao empreendimento (não se pode tomar duas ou três decisões distintas sobre um mesmo tema, num mesmo empreendimento) trazem consigo um custo de tempo e de recursos (humanos e materiais, em certos casos) razoavelmente elevados (Cruz, 2006, p. 70).

Tais elementos tornam ainda mais fundamental a mobilização de apoio especializado por parte dos trabalhadores associados para a realização e a gestão de suas atividades produtiva, no intuito de garantir sua viabilidade e sobrevivência econômica.

Por isso, as EAFs ganham destaque como atores importantes no suporte aos empreendimentos. Em geral, estas são estruturadas por organizações não governamentais (ONGs), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, entre outras. Algumas destas tiveram atuação mais decisiva em determinados momentos, outras atuam em setores econômicos específicos, enquanto outras seguem como pontos de referência importantes (Schiocet, 2011; Silva e Carneiro, 2016; Silva, 2018b). Tanto que, por sua relevância na construção da economia solidária enquanto paradigma de mobilização coletiva no Brasil (Silva, 2018b), as EAFs representam formalmente um dos três segmentos de composição do FBES.⁴

O quadro 2 permite uma caracterização histórica de algumas redes nacionais de apoio e fomento à economia solidária, formadas de acordo com suas áreas de atuação.

4. "O FBES se organiza a partir de três segmentos de representação: Empreendimentos econômicos solidários (EES), composto por trabalhadores de diversos ramos que se organizam de forma autogestionária; Gestores Públicos (GP), que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária, organizados em rede; e Entidades de Assessoria e Fomento (EAF), que prestam apoio, assessoramento técnico, político, infraestrutura ou financeiro aos EES e à própria organização da Economia solidária" (FBES, 2013, p. 23).

QUADRO 2
Entidades de representação e/ou assessoria a EES

Entidade	Descrição
Projetos alternativos comunitários (PACs) – apoiados pela Cáritas brasileira	A Igreja Católica, por meio de grupos internos de viés mais progressista, teve um papel preponderante na organização de trabalhadores em sindicatos e cooperativas no Brasil. No caso dos PACs, com início nos anos 1980, a proposta era desenvolver projetos essencialmente assistenciais com grupos sociais em situação de exclusão. Com recursos próprios e parcerias com outras organizações internacionais, foram apoiados projetos econômicos coletivos de produção e prestação de serviços em todo o Brasil, no intuito de auxiliar na criação das condições para a geração de renda de forma associada e solidária entre pessoas de grupos sociais idênticos.
Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) – ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Criada em 1992, com o objetivo de articular diversos tipos de organizações econômicas dos movimentos de reforma agrária, tendo na cooperação seu eixo-base. Tal cooperação foi assumida como estratégia para dar viabilidade econômica aos assentamentos, por meio do fortalecimento da democracia participativa dos assentados na gestão dos próprios assentamentos e nos empreendimentos econômicos criados para gerir a produção, a comercialização e o consumo. A estratégia inicial seria congrega cooperativas de produção agropecuária (CPAs), no nível local, com as cooperativas centrais de assentados (CCAs), no nível estadual, e a Concrab seria a representação nacional e responsável pela articulação de todo o sistema. Com o tempo, o MST foi repensando seu modelo de cooperativismo, abrindo espaço para outros formatos de organização.
Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda. (Cresol)	A Cresol foi constituída em 1995, a partir de experiências de fundos rotativos solidários existentes no sudeste do estado do Paraná. Com o tempo, o sistema conseguiu constituir, a partir de estratégia própria de organização, um amplo sistema de cooperativas de crédito pelos agricultores familiares. As cooperativas expandiram-se, inicialmente, para os demais estados da região Sul, e atualmente contam com unidades e sistemas descentralizados em outras regiões do país.
Banco Palmas (Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE)	Criado no fim dos anos 1990, é um caso emblemático de promoção da economia solidária articulada à luta urbana em busca da melhoria das condições de vida de uma comunidade pobre de Fortaleza-CE. Sua estratégia baseava-se na construção de uma rede solidária de produção e consumo local envolvendo: microcrédito para a produção; cartão de crédito voltado para o consumo local; moeda social; loja solidária; e apoio a diversas unidades produtivas coletivas e familiares.
Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR)	Surgiu da organização política coletiva dos catadores de material reciclável no fim dos anos 1990. Promove a articulação desses trabalhadores para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho, bem como a formação de cooperativas e associações. O MNCR compõe o Fórum Lixo e Cidadania, que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais.
Associação Nacional de Empresas de Autogestão (Anteag)	Foi criada em 1994, com o objetivo de apoiar e acompanhar as experiências de recuperação de empresas falidas realizadas pelos trabalhadores por meio da autogestão. Geralmente, as experiências de recuperação de empresas falidas são iniciativas de trabalhadores ligados ao movimento sindical, que encontraram na autogestão alternativa de ocupação para os trabalhadores diante do quadro de desemprego em massa. A Anteag participou diretamente da política estadual de economia solidária no governo do Rio Grande do Sul, no fim dos anos 1990, e chegou a assessorar e representar 365 empresas autogestionárias em 2002, mas foi perdendo espaço nos anos subsequentes.
Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)	Criada em 1999, com o objetivo de promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários. Surgiu como estratégia incorporada pelas instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores em contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e da informalização do trabalho.

(Continua)

(Continuação)

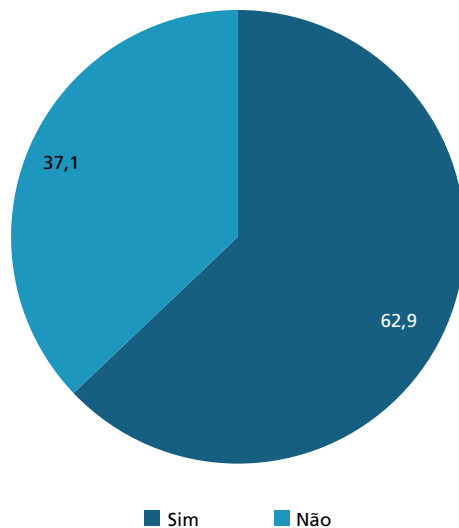
Entidade	Descrição
Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)	As ITCPs são projetos que se desenvolvem por meio da extensão universitária voltada a apoiar iniciativas de trabalho coletivo, em geral, localizados em municípios próximos às unidades universitárias. Estas prestam assessoria de diversas naturezas a esses grupos, diretamente ou via parceria com outras organizações, envolvendo gestão, tecnologias de produção, comercialização, formação de redes, acesso a políticas, capacitação técnica, entre outras possibilidades. A primeira ITCP foi criada em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, são mais de sessenta unidades em todo o país, que se articulam em duas redes independentes: a Rede Universitária de ITCPs e a Rede Unitrabalho.
União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (Unisol)	Criada em 2000, também no âmbito da CUT. Inicialmente, sua abrangência era limitada ao ABC Paulista; a partir de 2004, passou a ter abrangência nacional. Seu objetivo é representar, organizar e articular EES no Brasil, promovendo uma ponte entre movimento sindical e cooperativismo.
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)	Criada em 2005, como uma organização nacional que objetiva representar os empreendimentos cooperativos de agricultores familiares e economia solidária. Estão associadas à Unicafes cooperativas de crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura que atuam diretamente com a agricultura familiar.

Fonte: Silva e Carneiro (2016).

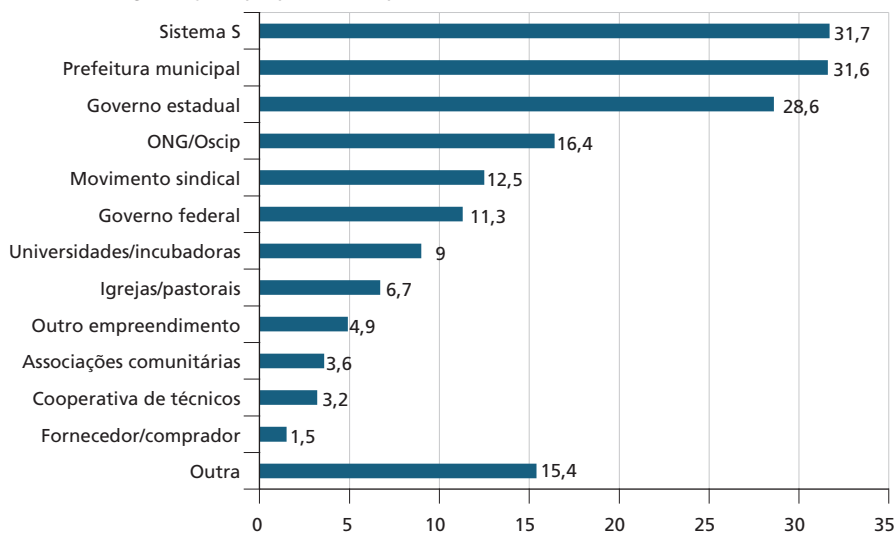
Esse conjunto heterogêneo de organizações, atuante em todo o país, fornece serviços variados de apoio e assessoramento a um número considerável de EES no Brasil. Segundo os dados do Sies, 62,9% dos empreendimentos mapeados afirmaram ter recebido algum tipo de assessoria ou qualificação técnica no ano anterior à pesquisa, aproximadamente dois terços do total, e 37,1% não tiveram acesso algum (gráfico 1). Quanto aos fornecedores de assessoria, entre os EES que responderam sim, os órgãos ligados a governos (municipal, estadual e federal) foram os mais lembrados, somando pouco mais de 70% das respostas. Um destaque entre os órgãos governamentais de apoio é a participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), empresa estadual de assistência técnica que assessora grande número de empreendimentos ligados à agricultura familiar em praticamente todo o Brasil. As organizações ligadas ao Sistema S também foram bastante lembradas entre os representantes dos empreendimentos, com destaque para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), sobretudo no tocante a grupos urbanos. Além destes, destaca-se a participação do movimento social e sindical na prestação de assessoria a empreendimentos com a participação de trabalhadores de sua base. O papel de ONGs, que atuam geralmente em temáticas específicas, também foi importante na assessoria e no fomento dos EES no Brasil. Destaca-se ainda o papel das ITCPs, ligadas a instituições de ensino superior brasileiras, que exercem importante trabalho ao aliar a prática da extensão da universidade ao fomento de grupos econômicos coletivos, geralmente situados no entorno das sedes universitárias.

GRÁFICO 1
Assessoramento técnico aos EES (2013-2020)
(Em %)

1A – EES que receberam assessoramento



1B – Organizações que prestaram apoio e assessoria aos EES



Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Elaboração do autor.

Obs.: O Sistema S incluiu uma série de organizações de natureza paraestatal, como: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

Os serviços de assessoramento acessados pelos empreendimentos são viabilizados em geral por meio de programas de apoio e parcerias firmadas com entidades de origem e natureza institucional bem diversa. Quanto aos tipos de assessoramento recebidos, estes também são variados. Os mais citados pelo mapeamento do Sies foram: assistência técnica e/ou gerencial (60,9%); qualificação profissional (57,1%); formação sociopolítica (33,6%), entre outros. Alguns pontos importantes como assessoria à elaboração de projetos e assessoria na formalização do empreendimento também foram citados, como se pode observar na tabela 1.

TABELA 1
 Tipo de apoio/assessoria que o EES recebeu (2013-2020)

Respostas	Total de respostas	%
Assistência técnica e/ou gerencial	7.541	25,5
Qualificação profissional, técnica e gerencial	7.070	23,9
Formação sociopolítica	4.166	14,1
Assistência jurídica	1.414	4,8
Assessoria em <i>marketing</i> e comercialização	1.648	5,6
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade	1.885	6,4
Assessoria na constituição, na formalização ou no registro	2.095	7,1
Elaboração de projetos	3.129	10,6
Incubação	616	2,1

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.
 Elaboração do autor.

No intuito de ampliar as informações não apenas a respeito dos empreendimentos, mas também sobre as organizações que lhes prestam algum tipo de assessoramento em suas atividades, uma novidade presente na atualização do Sies, com a realização do segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, foi a realização de pesquisa paralela com as EAFs. As principais informações dessa pesquisa são debatidas na seção a seguir.

3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EAFS SEGUNDO DADOS DO SIES

A segunda rodada do Sies mapeou ao todo 439 EAFs no Brasil. Esse será o universo das observações a serem analisadas nesta seção. Em suma, essas EAFs são relativamente novas, uma vez que 60% destas foram criadas nos três anos anteriores à pesquisa de campo – ou seja, entre 2011 e 2013. Apenas 58 EAFs (12%) possuíam dez anos ou mais de fundação, sendo criadas até 2004.

Em termos regionais, as EAFs mapeadas estão distribuídas conforme ilustrado na tabela 2. O Nordeste foi a região com o maior número de entidades mapeadas,

com 193 (43,9% do total). Importante ressaltar que foi também a região com o maior número de empreendimentos mapeados pelo Sies, com 48% do total (Silva e Carneiro, 2016). Entretanto, a distribuição territorial das EAFs explicita a existência de problemas operacionais dessa pesquisa. Somente dezessete estados tiveram alguma EAF mapeada. Na região Centro-Oeste, por exemplo, apenas Mato Grosso do Sul apresentou registros. Outro fato digno de nota é que o estado de São Paulo, que contribuiu com 258 EES no banco de dados do Sies, tem apenas um registro de EAF. Ainda assim, as informações presentes nesse banco de dados resultam em esforço inicial de compreensão desse universo complexo que envolve o apoio e o assessoramento aos empreendimentos de economia solidária no Brasil.

TABELA 2
Total de EAFs por região (2013-2020)

Regiões	Total de EAFs	%
Centro-Oeste	5	1,2
Nordeste	193	43,9
Norte	61	13,9
Sudeste	94	21,4
Sul	86	19,6
Total	439	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração do autor.

Quanto à abrangência de atuação das EAFs, a tabela 3 demonstra que a maioria destas – 268 (61,1%) – afirmou possuir atuação estadual ou interestadual. Outras 114 (25,9%) apresentam abrangência nacional de atuação, enquanto 57 (13%) atuam no nível municipal ou intermunicipal.

TABELA 3
Total de EAFs por área de abrangência (2013-2020)

Área de abrangência	Total de EAFs	%
Nacional	114	25,9
Estadual e/ou interestadual	268	61,1
Municipal e/ou intermunicipal	57	13,0
Total	439	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração dos autores.

Em termos de dimensão institucional das EAFs mapeadas, os dados apontam que a natureza jurídica mais encontrada foi a de organização social (OS), com

19,3% do total. Uma parte destas declarou-se sem registro (6,8%) e um grupo numeroso definiu-se como “outras formas de associação” (25,1%). Os dados estão discriminados na tabela 4. Comparando-se esses dados com o gráfico 1, que traz informações retiradas da pesquisa do Sies com os empreendimentos, chama atenção a baixa participação das entidades ligadas ao Sistema S. Enquanto no gráfico 1 estas são as mais lembradas pelos representantes dos EES, com 31,7% das respostas; na pesquisa referente às EAFs, correspondem a somente 1,2% do universo pesquisado.

TABELA 4
Total de EAFs por natureza jurídica (2013-2020)

Natureza jurídica	Total de EAFs	%
Fundações privadas	43	9,8
Informal (organização sem registro legal)	30	6,8
Organização social	85	19,3
Organização da sociedade civil de interesse público (Oscip)	43	9,8
Serviço social autônomo (Sebrae, SESCOOP, SENAR etc.)	5	1,2
Outras formas de associação	123	28,1
Outra	110	25,1
Total	439	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.
 Elaboração do autor.

Por sua vez, no tocante ao tipo de vínculo social que as EAFs possuem, como mostrado na tabela 5, o mais citado foi o vínculo com o movimento sindical, que correspondeu a 18,7% do total. Outros tipos de vínculo também se sobressaíram. As entidades ligadas a instituições religiosas responderam por 16,6%; muito em função da atuação de pastorais e comunidades eclesiais de base (CEBs), com destaque para a atuação da Cáritas brasileira, ligada à Igreja Católica. As EAFs com esse tipo de vínculo sobressaem-se no Rio Grande do Sul, no qual foram registradas 25 destas. Entidades relacionadas a governos, em seus diferentes níveis de administração, também foram bem citadas, com 16,2%. Outro destaque fica por conta da atuação de universidades e núcleos de extensão universitária, com 11,8% dos registros. Nesse caso, vale destacar a atuação já citada das ITCPs, que se disseminaram em todo o território nacional desde o início dos anos 2000.⁵

5. Sobre a política de apoio a incubadoras de cooperativas, ver Perissé *et al.* (2017).

TABELA 5
Total de EAFs por tipo de vínculo social (2013-2020)

Tipo de vínculo	Total de EAFs	%
Movimento sindical	82	18,7
Igreja ou instituição religiosa	73	16,6
Governo (órgãos e instituições governamentais)	71	16,2
Instituição de ensino, universidade e centro de pesquisa	52	11,8
ONG/federação de órgãos sociais	36	8,2
Não possui nenhum tipo de vínculo	125	28,5
Total	439	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.
Elaboração do autor.

Outra informação relevante se refere à participação de algum tipo de rede ou articulação coletiva. Sobre esse questionamento, 322 (73,3%) das EAFs declaram que participam e 117 (26,7%) destas declaram que não participam. Esse dado demonstra que há relativo interesse das EAFs em se articularem coletivamente, com o objetivo de potencializar seus trabalhos com empreendimentos. Muitas destas estão inseridas na agenda de mobilização dos movimentos sociais, em redes de comercialização, redes de incubadoras, centrais de cooperativas, entre outros tipos de organização coletiva.

Por fim, duas questões com múltiplas respostas indicam os tipos de assessoramento e em quais áreas ou setores socioeconômicos as EAFs mapeadas atuam. Primeiramente, as informações sobre o tipo de atuação e/ou assessoramento que estas desempenham no tocante aos empreendimentos indicam que as principais formas de apoio são para articulação política, atividades de formação profissional e assistência técnica e gerencial. Juntas, essas três atividades correspondem a 75% das respostas. Esse resultado está condizente com os dados da tabela 1 auferidos da pesquisa do Sies com os empreendimentos, visto que as três áreas de atuação também são as principais na indicação dos representantes dos EES. Em relação à área de atuação das EAFs, o setor rural destaca-se com mais de um terço do total (36,5%). A atividade comercial também foi bem representada na atuação dessas entidades. Por sua vez, a atividade industrial foi o setor com menor representação, em decorrência da própria natureza organizacional dos EES, como já apontaram os estudos citados de Gaiger (2014) e Silva e Carneiro (2016).

TABELA 6
Total de EAFs por tipo de atuação/assessoramento (2013-2020)

Tipo de atuação/assessoramento	Total de respostas	%
Articulação política	331	29,3
Formação (capacitação e qualificação)	302	26,8
Assistência técnica e gerencial	209	18,5
Pesquisa (desenvolvimento de conhecimento/tecnologia)	80	7,1
Incubação	73	6,5
Financiamento (microcrédito e fundos rotativos)	73	6,5
Outra atuação	60	5,3
Total	1.128	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Elaboração do autor.

Obs.: Essa questão aceitou múltiplas respostas.

TABELA 7
Total de EAFs por área de atuação (2013-2020)

Área de atuação	Total de respostas	%
Atividade agrícola, de pecuária e extrativa	1.315	36,5
Atividade comercial	663	18,4
Atividade de agricultura urbana	420	11,6
Atividade de serviços	390	10,8
Atividade industrial	315	8,7
Outras atividades	501	13,9
Total	3.604	100

Fonte: Atlas Digital da Economia. Disponível em: <<https://bit.ly/2yK40A4>>. Acesso em: 23 set. 2020.

Elaboração do autor.

Obs.: Essa questão aceitou múltiplas respostas.

Os dados das tabelas 6 e 7 mostram que o universo de atuação das EAFs é bastante diversificado. Essa diversificação pode ser notada tanto no que se refere ao tipo de atuação para o assessoramento de EES, quanto em termos de áreas ou setores de atuação econômica em que cada uma se insere predominantemente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de dados quantitativos para melhor caracterização dos atores envolvidos no universo da economia solidária no Brasil é atitude fundamental para um salto qualitativo na produção de conhecimento sobre as diversas dimensões analíticas que suas práticas possibilitam. O projeto do Sies veio cumprir um papel importante nesse sentido, cobrindo parte da lacuna de informações agregadas sobre as

atividades desenvolvidas por esses atores, suas demandas organizativas e seu potencial de contribuição para o desenvolvimento territorial.

Como as EAFs desempenham função de grande relevância no desenvolvimento dos EES em todo o país, as pesquisas que auxiliam na percepção de suas distintas dinâmicas também são muito bem-vindas, pois são essenciais para entender cada vez melhor suas potencialidades e fragilidades organizacionais.

Este texto visou então destacar o esforço desenvolvido pela Senaes e pelo FBES em criar um banco de dados experimental sobre essas entidades em todo o país. As informações demonstram que as EAFs desempenham um leque amplo de serviços de assessoria, além de possuírem características institucionais bastante heterogêneas entre estas, o que implica estratégias diferenciadas de atuação no território.

Em que pesem as dificuldades operacionais e as falhas metodológicas do trabalho de campo para a geração dos dados, essas informações podem indicar caminhos posteriores para o aperfeiçoamento de ferramenta contínua de levantamento de dados sobre esse tipo de atividade.

REFERÊNCIAS

CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **V Plenária Nacional de Economia Solidária**: relatório final. Brasília: FBES, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. *In*: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (Orgs.). **Economia solidária**: questões teóricas e epistemológicas. Coimbra: Almedina, 2011.

_____. **A economia solidária no Brasil**: uma análise dos dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GALIZA, M.; GONZALEZ, R.; SILVA, S. P. Debatendo a dicotomia formal/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro. *In*: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

HENRIQUES, F. C. **Assessoria a empreendimentos de autogestão**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Os conceitos de autogestão e de assessoria. *In*: ADDOR, F.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.). **Tecnologia, participação e território**: reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007b.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares**: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

PERISSÉ, C. *et al.* A avaliação do Proninc 2017: metodologia e resultados. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, p. 129-139, 2017.

SCHIOCHET, V. Da democracia à autogestão: a economia solidária no Brasil. *In*: BENINI, E. A. *et al.* (Orgs.). **Gestão pública e sociedade**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

_____. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil**: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. Brasília: Ipea, 2018a. (Texto para Discussão, n. 2361).

_____. **Laços na diversidade**: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil. Brasília: Ipea, 2018b. (Texto para Discussão, n. 2367).

_____. **A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018)**: inserção, expansão e crise de paradigma. Brasília: Ipea, 2018c. (Texto para Discussão, n. 2434).

_____. **Informalidade**: “o que é e o que não pode ser que não é”. Brasília: Ipea, 2018d. (Boletim Radar, n. 55).

_____. Dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, v. 68, p. 47-63, abr. 2020.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, abr./jun. 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.